



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SABRINA ALENCAR FERREIRA

**ANÁLISE DOS INDICADORES DA ATIVIDADE OPERACIONAL DAS
SEGURADORAS NO MERCADO BRASILEIRO DURANTE A HARMONIZAÇÃO
DAS NORMAS BRASILEIRAS COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE**

DANIELLE AUGUSTO PERES

FEVEREIRO

2013

**ANÁLISE DOS INDICADORES DA ATIVIDADE OPERACIONAL DAS
SEGURADORAS NO MERCADO BRASILEIRO DURANTE A HARMONIZAÇÃO
DAS NORMAS BRASILEIRAS COM AS NORMAS INTERNACIONAIS**

**Sabrina Alencar Ferreira
Danielle Augusto Peres
Luciana Moura Reinaldo**

Resumo

A pesquisa descrita neste artigo teve como objetivo principal analisar os indicadores da atividade operacional das seguradoras no Brasil, durante os anos de 2005 a 2010, que compreende o processo de harmonização das normas internacionais de contabilidade com as normas brasileiras no mercado segurador brasileiro. Por meio de uma revisão bibliográfica, documental e um estudo multicase, verificou-se como se estabeleceu esse processo de harmonização no ramo das seguradoras, calcularam-se os índices através da Análise de Quocientes e fez-se uma análise descritiva do comportamento dos indicadores durante o período proposto. Através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, foram calculados e interpretados as médias, os desvios padrões e as medianas dos indicadores relacionados, além de evidenciar o comportamento destes graficamente ao longo dos anos tratados. Os resultados mostram que existe relação entre o processo de harmonização e o comportamento dos indicadores da atividade operacional no âmbito das seguradoras.

Palavras – chave: Indicadores da atividade operacional. Harmonização. Seguros.

Abstract

The research described in this article had as main objective to analyze the indicators of operational activity of insurers in Brazil, during the years of 2005 to 2010, which comprehends the process of harmonization of international accounting regulations with the Brazilian regulations in the insurance market of Brazil. Through a bibliographic review; documentary and a multicases study, it was verified how this process of harmonization was established in the field of insurance, indexes were calculated through Quotients Analysis and was made a descriptive analysis of the behavior of the indicators during the proposed period. Through a quantitative and qualitative approach, were calculated and interpreted the averages, standard deviations and medians of related indicators, besides of pointing out the behavior of these graphically over the years treated. The results show that there is a relation between the harmonization process and the behavior of the indicators of operational activity among the insurers.

1 INTRODUÇÃO

Diante da necessidade de proteção contra o perigo, a insegurança, a incerteza no futuro e o medo da imprevisibilidade dos acontecimentos constantes na vida do homem, o seguro nasce como amparo para as pessoas e para as grandes empresas e corporações. Como forma de prevenir riscos futuros, possíveis e incertos, a atividade securitária está centrada na incerteza que envolve os negócios, as transações, os bens, os direitos e as responsabilidades.

Segundo Souza (2007), seguro é um contrato efetuado entre o segurador e o segurado, estipulante ou beneficiário, mediante o pagamento de um prêmio, integral ou percentualmente dividido em pagamentos parcelados, que compense o sinistro ocorrido durante o prazo contratado.

O ramo de seguros no Brasil e no mundo é considerado um mercado altamente competitivo, pois as empresas comercializam praticamente os mesmos produtos. Diante desse cenário, as seguradoras buscam estratégias de negócio para encontrar a melhor decisão a ser tomada, para acompanhar os concorrentes e obter aumento nos resultados. Estratégias como estudos sobre preferência dos consumidores, sinistralidade de cada região e o comportamento do mercado são as mais utilizadas de acordo com Queiroz (2010).

Conforme FENASEG (2012), as seguradoras no Brasil comemoraram um crescimento acima do esperado para o período 2010/2011, a expectativa era de crescimento em torno de 12% até novembro de 2011, já o consolidado mostrava um crescimento de 17%, o que resultou num faturamento de R\$ 218,6 bilhões de reais, dos quais R\$ 106 bilhões retornaram para a sociedade através de pagamento de indenizações, sorteios e resgates de planos de previdência, destaque especial para o seguro de automóvel, responsável por 50% dos prêmios recebidos pelas seguradoras.

Considerando que o PIB de 2011 estava projetado pra algo inferior a 3%, verificou-se uma participação maior do setor securitário em relação ao PIB, passando de 5,1% em 2010 para 5,4% em 2011. Após números tão expressivos, as seguradoras tornaram-se um das maiores administradoras de poupança do país (FENASEG, 2012).

Como os indicadores da atividade operacional das seguradoras no Brasil, comportaram-se durante o processo de harmonização das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade? O presente trabalho busca responder o problema proposto e comparar o desempenho operacional das seguradoras dentro do período estabelecido.

Com base no resultado apresentado pelo mercado segurador brasileiro nos últimos anos, o presente artigo analisará os indicadores da atividade operacional das seguradoras no mercado brasileiro durante o processo de harmonização das normas brasileiras com as normas internacionais de contabilidade, período estabelecido entre os anos de 2005 e 2010 conforme IFRS¹ que trata sobre o Contrato de Seguros, na tentativa de identificar se as mudanças contábeis e operacionais propostas pelos órgãos reguladores foram determinantes para os resultados apresentados, além de identificar uma tendência entre as seguradoras.

Diante de tamanha capacidade de geração de receita e movimentação em operações financeiras, verifica-se que um estudo aprofundado sobre o comportamento dos indicadores da atividade operacional das seguradoras requer um olhar mais criterioso sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelas companhias.

¹ IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*

Inicialmente os estudos tratavam apenas das principais similaridades e diferenças entre as normas contábeis das operações de seguro em vigor no Brasil e as normas propostas pelo estudo do *The International Accounting Standards Board* (IASB), pois a aplicabilidade somente se tornou obrigatória em 2010, como verificado no artigo “Contabilidade de seguradoras: Estudo comparativo entre as normas brasileiras e as normas internacionais” (SOUZA, et al, 2008).

Após esse período, outros estudos foram realizados na tentativa de analisar o desempenho econômico-financeiro das seguradoras, como por exemplo, no artigo “Análise do Desempenho Econômico-Financeiro de Seguradoras” publicado no Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração em 2009 por Silva et al.

O artigo buscará enriquecer esses estudos, trazendo uma abordagem diferente. Analisar-se-á o desempenho dos indicadores, apenas da atividade operacional das seguradoras, por exemplo, os índices de sinistralidade, custos administrativos e de comercialização, adequações de provisões, dentro outros, tentando identificar e compreender o comportamento do negócio das empresas do ramo de seguros diante do processo de harmonização das normas brasileiras com as internacionais de contabilidade, ou seja, como se comportam os indicadores nesse período.

No Brasil conforme legislação específica, as seguradoras não podem requerer pedido de concordata e não estão sujeitas à falência, salvo, nesta última situação, se decretada liquidação extrajudicial, quando ativo não for suficiente para pagar pelo menos a metade dos credores, ou quando houver indícios da ocorrência de crime falimentar. Portanto o estudo será de extrema importância para ajudar na análise do potencial operacional das seguradoras atualmente em funcionamento no Brasil através do desempenho desses índices operacionais ao longo do período exposto.

O presente artigo está dividido em sete seções, incluindo esta Introdução. Na Seção 2, apresenta-se uma introdução sobre a estrutura do mercado segurador brasileiro contextualizando-o dentro do período de harmonização das normas brasileiras com as normas internacionais de contabilidade. Na Seção 3, descreve-se a funcionalidade da análise das demonstrações contábeis no tratamento dos indicadores da atividade operacional das seguradoras. Na Seção 4, expõem-se a metodologia aplicada e a forma da coleta dos dados. Já na Seção 5, é feita a análise e interpretação dos indicadores calculados, baseados nos dados da pesquisa e na literatura sobre o tema. Por fim, na Seção 6, tecem-se as conclusões acerca deste trabalho, seguida pelas referências.

2 MERCADO DE SEGUROS NO BRASIL E O PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL

No Brasil, as empresas do ramo de seguro devem seguir às normas contábeis divulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), esta vinculada ao Ministério da Fazenda (MF) e executora das políticas traçadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

As seguradoras, entidades jurídicas sob a forma de sociedade anônima, estão sujeitas à Lei 11. 638 de 27 de maio de 2009 e suas alterações, e somente podem operar com a autorização prévia de portaria expedida pelo Ministério da Fazenda, entretanto as normas contábeis expedidas a serem observadas pelas seguradoras são elaboradas pela SUSEP, juntamente com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), formado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

(BMF&BOVESPA), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Aprovado em 05 de dezembro de 2008, o CPC 11 – Contratos de Seguros especificava as definições, os tratamentos e as mudanças trazidas pela FASE I do amplo projeto previsto para o IFRS4 - *Insurance Contracts*, que deveriam ser iniciados em 2010 pelas seguradoras no Brasil.

Reforçado pela Circular SUSEP N° 424, de 29 de abril de 2011, e como não poderia ser diferente dos demais tipos de empresas, esse processo de harmonização trouxe vários estudos e questionamentos sobre os impactos dessas normas para as empresas do ramo de seguros. “Os estudos de impacto do IFRS4 para as entidades que adotaram o IFRS pela primeira vez, registraram um aumento médio de 150% no volume das divulgações contábeis” (Mourad e Paraskevopoulos, 2009, p.2).

Em abril de 2001, o IASB, sucessor do *International Accounting Standards Committee* (IASC), órgão independente do setor privado que se destina ao estudo de padrões contábeis, herdou um projeto de seguros iniciado pelo IASC em abril de 1997. O projeto indicava a adoção de padrões contábeis do IFRS para companhias europeias listadas em bolsas de valores. Em 2003, esse projeto chamado de ED5 – *Insurance Contracts* começou a ser reestruturado para dar origem ao IFRS4 – *Insurance Contrats*.

De acordo com Mourad e Paraskevopoulos (2009), o projeto do IASB para os contratos de seguros foi dividido em duas fases:

- FASE I: iniciada em 1° de janeiro de 2005, preâmbulo da vigência do IFRS4, equivalente ao nosso CPC 11, somente aprovado em 05 de dezembro de 2008.
- FASE II: inaugurada em 2010 com um projeto elaborado pela parceria do IASB com o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), objetivava abranger a revisão dos contratos de seguros, abordando assuntos considerados uniformes como reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgações para contratos de seguros. Nesse período, o IASB emitiu o ED/2010/8 - Contratos de seguros, a partir daí várias propostas e debates estão acontecendo na tentativa de deliberar sobre os mais diversos assuntos. A aplicação da Fase II estava prevista para 2011, porém devido aos contínuos debates ainda não foi implementada.

O IFRS4 trazia, em substituição a antiga redação elaborada pela IAS 32, a definição de que um contrato de seguros é “Um contato pelo qual uma parte (o segurador) aceita risco de seguro significativo de outra parte (o segurado) pelo acordo de indenização ao segurado se um evento específico incerto e futuro (o evento segurado) afetar adversamente o segurado” (IFRS4, Apêndice, 2011).

Diante da enorme variedade de produtos de seguros oferecidos pelas seguradoras no mundo, com a finalidade de atender às necessidades dos mais diversos clientes, e para que o plano inicial de modificação da contabilidade de seguros fosse viável, o IASB permitiu a continuidade de certas políticas contábeis anteriores, o que facilitou a transição para as normas do IFRS. Essa isenção aconteceria até a conclusão da FASE II do projeto, de acordo com alguns requisitos apresentados em outras IFRS, como por exemplo, o IAS8 (Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros).

Dentre as isenções estabelecidas pelo IFRS, outra variável deveria ser analisada: ausência de comparabilidade entre as demonstrações contábeis das seguradoras. Para resolver isto, o IASB estabeleceu um conjunto de divulgações sobre políticas contábeis utilizadas, que

após estabelecidas, dava aos usuários um entendimento melhor do impacto na escolha das práticas contábeis, riscos envolvidos e incertezas nos fluxos de caixas e gestão dos riscos pelas seguradoras.

No Brasil, com a aprovação do CPC 11 em 05 de dezembro de 2008, de acordo com a Resolução CFC nº 1.055/05 e suas alterações posteriores, foi dado início aos novos tratamentos contábeis a serem introduzidos pelas seguradoras no país. Em conformidade com o IFRS4, a correlação às normas internacionais de contabilidade deveria ser aplicada aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, para as sociedades supervisionadas pelas SUSEP, o ano de adoção inicial obrigatória das normas internacionais de contabilidade foi em 2011 conforme Art.21 do Anexo I (Normas básicas) da Circular SUSEP nº424 de 29 de abril de 2011, porém verifica-se que a partir de 2008 o processo fora iniciado.

Dentre as mudanças evidenciadas destacam-se derivativos embutidos, separação dos componentes de depósito, teste de adequação de passivos, redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguros, mudanças nas políticas contábeis, contratos adquiridos em combinações de negócios, participação discricionária, identificação dos prêmios retidos, cálculo e apresentação das provisões, reconhecimento de despesas, dentre outras mudanças.

A fim de evidenciar cada vez mais as mudanças e os efeitos econômicos, financeiros e operacionais das seguradoras durante esse processo de implantação e convergência contábil, muitos estudiosos utilizam a análise das demonstrações contábeis como ferramenta mestre para esse embasamento.

3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Analisar as informações contábeis das empresas é uma das principais ações desempenhadas pelos *stakeholders*². Através destas, é possível identificar e mensurar riscos e oportunidades seja econômico, financeiro ou operacional. A extração dessas informações é possível devido divulgação e publicação das demonstrações contábeis pelas empresas.

Conforme redação dada pela Lei das S.A, Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei 11.638 de 2007, em seu artigo 176, a cada final de exercício, as companhias devem escriturar demonstrações financeiras que expressem claramente a situação patrimonial e suas mutações ocorridas no exercício findo. Dentre as demonstrações obrigatórias destaca-se: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

De acordo com a Circular SUSEP nº 424/2011 em seu Art. 17, a publicação das demonstrações e informações contábeis das seguradoras informa que:

As demonstrações financeiras, na data-base de 31 de dezembro, abrangendo Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e o correspondente parecer dos auditores independentes, deverão ser publicados até o dia 28 de fevereiro de cada ano, observado o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações (SUSEP, 2011).

² Qualquer pessoa ou organização que tenha interesse, ou seja, afetado pelo projeto, estudo ou divulgação. Exemplo: comunidade, outras áreas da empresa, concorrentes, fornecedores, investidores, acionistas, governo, empregados e clientes.

De posse das informações disponíveis nessas demonstrações é possível mensurar e avaliar atividades de financiamento, investimento e operacionalidade:

Em verdade, a preocupação do analista centra-se nas demonstrações contábeis da sociedade, das quais extrai suas conclusões a respeito de sua situação econômico-financeira, e toma (ou influencia) decisões com relação a conceder ou não crédito, investir em seu capital acionário, alterar determinada política financeira, avaliar se a empresa está sendo bem administrada, identificar sua capacidade de solvência (estimar se irá falir ou não), avaliar se é uma empresa lucrativa e se tem condições de saldar suas dívidas com recursos gerados internamente, etc (ASSAF NETO, 2002, p. 48).

Segundo Silva (1999), ao elaborar-se uma análise das demonstrações, devem-se considerar alguns fatores importantes, como por exemplo, a temporalidade. Seguir uma sequência cronológica e analisar as demonstrações, por pelo menos três anos, permite que as empresas consigam evidenciar desempenho e tendência nos dados analisados.

Conforme Matarazzo (2003), quando se foca na evidenciação de algum aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa, verifica-se a relação entre contas ou grupos de contas que são extraídos das demonstrações contábeis e financeiras, também chamada de Análise através dos Quocientes. Os indicadores são os elementos mais utilizados no processo de análise das demonstrações financeiras de uma empresa, logo no mercado segurador não poderia ser diferente.

De acordo com Pereira (2006), a fim de facilitar a análise e o entendimento dos diversos índices, os principais indicadores da atividade operacional das seguradoras podem ser divididos em Atividade Operacional I e Atividade Operacional II. Com base nessa análise, será possível demonstrar e avaliar a comercialização e relacionamento com o mercado nas operações de seguros, e evidenciar o desempenho das seguradoras na sua principal atividade.

Quadro 1 – Indicadores da atividade operacional

ÍNDICES DA ATIVIDADE OPERACIONAL – I	
Retenção Própria (RP)	Prêmios Retidos/(Prêmio emitido – Prêmio Restituído)
Retenção de Terceiros (RT)	(Prêmio de cosseguro cedido – Prêmio de Resseguro cedido)/(Prêmio emitido – Prêmio Restituído)
Adequação das Provisões de Sinistros a Liquidar (APSL)	Provisão de Sinistros a Liquidar/Patrimônio Líquido
Coefficiente de Geração de Resultados Futuros (CGRF)	Provisão para Prêmios não ganhos/Patrimônio Líquido
ÍNDICES DA ATIVIDADE OPERACIONAL – II	
Sinistralidade (S)	Sinistro Retido/Prêmio ganho
Custo de Comercialização(CC)	Despesas de comercialização/Prêmio Ganho
Custo Administrativo (CA)	Despesas administrativas/Prêmio Ganho
Prêmio Margem (PM)	Prêmio Retido/Patrimônio Líquido
Índice Combinado (IC)	(Sinistro Retido+Despesas de comercialização+Despesas administrativas)/Prêmio Ganho
Coefficiente de Formação de Provisões Técnicas (CFPT)	Provisão Técnica de Prêmios/Prêmio Retido
Recuperação de Sinistros (RS)	(Recuperação de sinistros+Salvados+Ressarcimentos)/(Sinistros+Sinistros Cosseguros aceitos+Resseguros Aceitos)
Índice de Capacidade de Emissão (ICE).	Prêmio Emitidos Líquidos/Patrimônio Líquido

Fonte: Elaboração do autor (2012)

Quadro 2 – Principais definições

Prêmio Retido	Registro os prêmios líquidos
Prêmio Emitido	Prêmio de seguros a receber, ou seja, ainda não cobrado pela seguradora.
Prêmios restituídos	Devolução de prêmios
Prêmio de cosseguro cedido	Prêmio cedido a cosseguradoras
Prêmio de Resseguro cedido	Prêmio cedido a resseguradoras
Provisão de Sinistros a Liquidar	Sinistros avisados à seguradora e ainda não liquidados
Provisão para Prêmios não ganhos	Prêmio referente a parcela do risco ainda não ocorrido, ou seja, a decorrer, não foi reconhecido como receita ainda devido ao deferimento na emissão da apólice
Sinistro Retido	Despesas com sinistros ocorridas no período, deduzidas as recuperações de sinistros, recuperação com salvados e ressarcimentos.
Prêmio ganho	Receita líquida da seguradora
Despesas de comercialização	Valor das comissões sobre prêmios emitidos no período
Despesas administrativas	Despesas decorrente da atividade normal das seguradoras
Provisão Técnica de Prêmios	Constituídas mensalmente independente de lucro, reserva obrigatória. Provisões realizadas por atuário a fim de garantir as operações das seguradoras
Recuperação de sinistros	Sinistros recuperados
Salvados	Objetos que se conseguem resgatar de um sinistro que ainda possuem valor econômico.
Sinistros	Variável aleatória atribuída aos prejuízos possíveis
Sinistros Cosseguros aceitos	Decorrente de cosseguros aceitos pela seguradora
Resseguros Aceitos	Decorrente de resseguros aceitos pela seguradora
Ressarcimentos	Receitas a receber decorrentes de questionamento quanto ao evento(sinistro ocorrido)
Prêmio Emitidos Líquidos	Prêmio emitido líquido de cosseguros e resseguros cedidos.

Fonte: Elaboração do autor (2012)

A fim de evidenciar o comportamento dos principais indicadores da atividade operacional das seguradoras no Brasil, realizar-se-á um estudo multicase de companhias seguradoras no país dentro de um mesmo ramo de atividade, o ramo do seguro AUTO.

4 METODOLOGIA APLICADA E COLETA DOS DADOS

O estudo analisará os indicadores da atividade operacional das companhias de seguro através das demonstrações contábeis atualizadas e condensadas em um banco de dados disponibilizados no site da SUSEP. A amostra utilizada é do tipo não probabilístico, que é muitas vezes empregada em trabalhos estatísticos por simplicidade ou por impossibilidade de se obter amostras probabilísticas (NETO, 1977, p.43). A amostra é do tipo amostragem intencional, em que o amostrador deliberadamente escolhe certos elementos para pertencer à amostra, por julgar tais elementos bem representativos da população e a abordagem da pesquisa é qualitativa e quantitativa. Com relação ao delineamento do estudo, o objetivo da pesquisa é descritivo, pois visa identificar o problema, suas características e comparar os indicadores obtidos em um determinado período; e explicativo, pois busca identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

O universo pesquisado é composto pelas empresas seguradoras que tem como principal atividade o ramo de seguro de automóveis. Esse é o tipo de seguro mais comum, que

detém 50% dos prêmios recebidos nas operações de seguros contratadas no país. A amostra extraída será capaz de refletir um comportamento semelhante entre as empresas analisadas (FENANSEG, 2011). O período analisado estende-se de 2005 a 2010, estrategicamente, de forma que venha a abranger o período do processo de harmonização das normas brasileiras com as normas internacionais de contabilidade, que teve início da fase de implantação em 2008, porém apenas obrigatório em 2011.

A fim de responder como se comportam os indicadores da atividade operacional das companhias seguradoras no Brasil durante o referido período, será utilizado o método da Análise através dos Quocientes, ou seja, se apresenta como a maneira de obter um quociente através de combinações de grandezas ilimitadamente (BENTO, 2008).

O banco de dados disponibilizado pela SUSEP disponibiliza 261 seguradoras, dessas foram extraídas apenas empresas cujo principal ramo de atuação era o seguro AUTO, o que representou a extração de uma mostra de 49 seguradoras. Após análise dos dados, tabulação, validade e do cálculo dos índices, apenas 40 seguradoras foram consideradas para o estudo devido a confiabilidade das informações observadas na amostra, pois algumas contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado dessas 9 seguradoras retiradas da população estavam com os dados incompletos.

Seguradoras extraídas como amostra e seu respectivo código junto a SUSEP: (1627) Safra Seguros Gerais S/A, (5011) CHUBB do Brasil Cia de Seguros, (5045) Companhia de Seguros Aliança da Bahia, (5053) Confiança Cia de Seguros, (5118) Sul América Cia Nacional de Seguros, (5151) Tokio Marine Brasil Seguradora S/A, (5177) ALLIANZ Seguros S/A, (5185) Liberty Seguros S/A, (5193) CIA Seguros Previdência do Sul, (5274) Banestes Seguros S/A, (5282) Prudential do BR Seguros de Vida S/A, (5312) Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros, (5321) Itaú Seguros S/A, (5355) Azul Companhia de Seguros Gerais, (5495) CIA Seguros Minas-Brasil, (5631) Caixa Seguradora S/A, (5720) Marítima Seguros S/A, (5754) Nobre Seguradora do Brasil S/A, (5843) Indiana Seguros S/A, (5886) Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, (5908) Generalli Brasil Seguros S/A, (6106) HSBC Seguros (Brasil) S/A, (6131) Companhia Mutual de Seguros, (6181) BrasilVeiculos Companhia de Seguros, (6190) Tokio Marine Seguradora S/A, (6211) Aliança do Brasil Seguros S/A, (6238) Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A, (6360) Kyoei do Brasil Companhia de Seguros, (6416) Yasuda Seguros S/A, (6467) ALFA Seguradora S/A, (6513) ACE Seguradora S/A, (6572) HDI Seguros S/A, (6602) Mitsui Sumitomo Seguros S/A, (6688) COESP Cia de Seguros do estado de São Paulo, (6751) Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A, (6785) Companhia de Seguros Aliança do Brasil, (6793) Gente Seguradora S/A, (6912) CONAPP Cia Nacional de Seguros, (6921) Rural Seguradora S/A e (8737) Chartis Seguros Brasil S/A.

Após o cálculo dos índices, foi feita uma análise descritiva e gráfica dos resultados encontrados, e com base na amostra intencional foram calculados: média, desvio padrão e mediana. Em quase todos os índices, identificou-se um baixo desvio padrão, o que apenas reforça a tese da representatividade da análise das médias encontradas como inferência para o comportamento individual dos indicadores.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Após cálculo dos indicadores e com base na análise descritiva da amostra utilizada, verifica-se o comportamento dos indicadores separadamente com foco no processo de harmonização das normas internacionais com as normas brasileiras de contabilidade aplicada às companhias de seguro.

Dentre as principais mudanças encontradas, cujo reflexo foi percebido pelos indicadores, pode-se identificar pontos significativos de alteração em alguns indicadores no

ponto de corte (ano de 2008), ano no qual as mudanças propostas pelo IFRS4 começaram a ser implantadas no país. Destaque para os indicadores de Retenção Própria (RP), Adequação das Provisões de Sinistros a Liquidar (APSL), Sinistralidade (S), Custo Administrativo (CA), Prêmio Margem (PM), Índice Combinado (IC), Coeficiente de Formação de Provisão Técnica (CFPT) e Índice de Capacidade de Emissão (ICE). Com relação aos demais índices, verificou-se uniformidade de desempenho.

Segue abaixo: análise descritiva dos indicadores com destaque especial para o comportamento das médias e dos desvios padrões dos principais indicadores sensibilizados, e logo em seguida a representação gráfica durante o período analisado:

Quadro 3 – Análise descritiva dos indicadores da atividade operacional

RETENÇÃO PRÓPRIA						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Média	0,7330362	0,7352137	0,9752886	0,9197034	0,8861525	0,8822744
Desvio Padrão	0,1532148	0,1646342	0,7121758	0,2842087	0,1479973	0,1421824
ADEQUAÇÃO DAS PROVISÕES DE SINISTROS A LIQUIDAR						
Média	0,4127584	0,4110193	0,503095	0,3962198	0,5860845	0,5546501
Desvio Padrão	0,3223527	0,2891889	0,3169211	0,2917554	0,6324253	0,4986115
SINISTRALIDADE						
Média	0,5495723	0,5402423	0,5209490	0,8024269	0,6469835	2,3470766
Desvio Padrão	0,1821723	0,1596431	0,1815713	1,5611264	0,3234189	10,178025
CUSTO ADMINISTRATIVO						
Média	0,2247874	0,2519092	0,2319415	11,424745	0,2717009	44,601019
Desvio Padrão	0,2056190	0,2636343	0,2079724	70,917487	0,3373753	278,35189
PRÊMIO MARGEM						
Média	2,1481014	2,1953259	2,0556095	11,548485	11,284133	8,3002371
Desvio Padrão	1,2801553	1,4596025	1,3935847	34,882025	35,167190	16,312192
ÍNDICE COMBINADO						
Média	0,9495650	0,9663809	0,9251363	12,402143	1,0948612	43,907090
Desvio Padrão	0,2133103	0,2575347	0,2126798	72,443140	0,6153172	267,97064
COEFICIENTE DE FORMAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS						
Média	0,6320226	0,6628871	0,7420802	33,050350	54,997129	907,67097
Desvio Padrão	0,3220537	0,3342855	0,4400873	125,95275	315,40015	5002,4069
ÍNDICE DE CAPACIDADE DE EMISSÃO						
Média	2,5367518	2,6162474	2,1352781	11,548485	11,697815	8,5387118
Desvio Padrão	1,3721581	1,6673372	1,4825500	34,882025	36,988453	16,017232

Fonte: Elaboração do autor (2012)

Com base na análise descritiva, pode-se relacionar algumas considerações importantes:

- Com relação ao índice de Retenção Própria, identifica-se um sensível aumento e uniformidade dos dados a partir do ano de 2008, são as quotas dos riscos assumidos pelas seguradoras em cada contrato realizado, não repassados às demais companhias seguradoras ou resseguradoras. Índice que sofreu alteração com as normas trazidas pelo IFRS devido à retirada da conta Prêmios Restituídos da DRE, e nova forma de mensuração dos prêmios emitidos;
- Com relação aos índices Retenção de Terceiros e Coeficiente de Geração de Resultados Futuros, conforme análise da média e do desvio padrão apresentados, estes não sofreram alterações significativas;

- Para o índice Adequação das Provisões de Sinistros a Liquidar que avalia o possível impacto no PL, decorrente de deficiência ou redundância da Provisão de Sinistros a Liquidar, sofreu sensível alteração devido a mudanças no cálculo das provisões. As provisões técnicas, conforme o IFRS4 são destinadas a cobrir riscos não expirados, sinistros a liquidar e eventos ocorridos mas não avisados. No Brasil o cálculo das provisões eram realizados com base nos prêmios não ganhos, insuficiência de prêmios, sinistros a liquidar e eventos ocorridos mas não avisados (IBNR). As normas brasileiras exigiam mais provisões do que era solicitado pelas normas internacionais, bastando apenas nota técnica atuarial que trouxesse embasamento. Outra sensível alteração foi a forma de calcular a provisão de sinistros a liquidar e provisão para eventos ocorridos e não avisados, que no Brasil é feito separadamente e de acordo com as normas internacionais o cálculo deve ser feito junto;
- Para o indicador de Sinistralidade, relação entre a despesa líquida de sinistros e a receita líquida de prêmio, observou-se uma alteração na tendência, fato também verificado no índice de Custos Administrativos (relação entre as despesas administrativas e os prêmios ganhos). Decorrente de aumento no reconhecimento dos sinistros retidos e nas despesas administrativas;
- Seguindo a mesma tendência, o indicador de Prêmio Margem que descreve se a seguradora terá problemas futuros de solvência, demonstrou-se uma evolução a partir de 2008. O índice traz uma relação entre os prêmios retidos e o patrimônio líquido da entidade, que de acordo com as normas internacionais, a DRE deve ser iniciada pela conta de prêmios emitidos e não mais pela conta prêmio retido (conta reclassificada dentro da DRE). Ao observar o comportamento do desvio padrão para o índice, verificamos que as principais seguradoras do ramo de SEGURO AUTO (Mafre, Sul América, CHUBB do Brasil, ALLIANZ, Bradesco Seguros Auto Re e Porto Seguros) foram as responsáveis pela mudança no comportamento dessa variável estatística, fato de extrema relevância devido ao volume de operações reunidas por essas seguradoras;
- Como já citado anteriormente, as mudanças ocorridas na forma de calcular as provisões técnicas no Brasil trouxeram sensíveis mudanças no comportamento dos índices a que estão relacionados, como por exemplo, o indicador Coeficiente de Formação de Provisões Técnicas, relação entre as provisões técnicas e os prêmios retidos pela seguradora, além da reclassificação da conta de prêmios retidos;
- Para o índice combinado, que reflete o resultado das operações básicas do seguro, quociente entre as receitas e as despesas exclusivamente operacionais da seguradora, percebeu-se uma alteração significativa nos últimos três anos, reforçando o impacto das mudanças promovidas pelas normas internacionais de contabilidade para as seguradoras no Brasil. Pode-se considerar o cálculo dos sinistros retidos (despesas com provisão de riscos e incertezas) e o das despesas administrativas a partir de 2008 como fatores determinantes para tal mudança;
- Por fim, para o indicador de capacidade de emissão, relação entre os prêmios emitidos líquidos e o patrimônio líquido das seguradoras, percebe-se uma sensível mudança no seu comportamento, o que ratifica o quanto as normas internacionais foram decisivas no cálculo e desempenho dos indicadores da atividade operacional das seguradoras no Brasil. A partir de 2008 a DRE passou a ser iniciada pela conta de prêmios emitidos líquidos, o que antes se tratava apenas de uma subconta da rubrica de prêmios retidos;
- Ao longo do período analisado, é possível identificar através de uma análise descritiva dos dados e da montagem de gráficos que a partir de 2008 é sensível a alteração dos

principais indicadores da atividade operacional das seguradoras, portanto deve ser dado um tratamento em especial aos impactos visualizados no período e qual o desempenho verificado individualmente para cada seguradora.

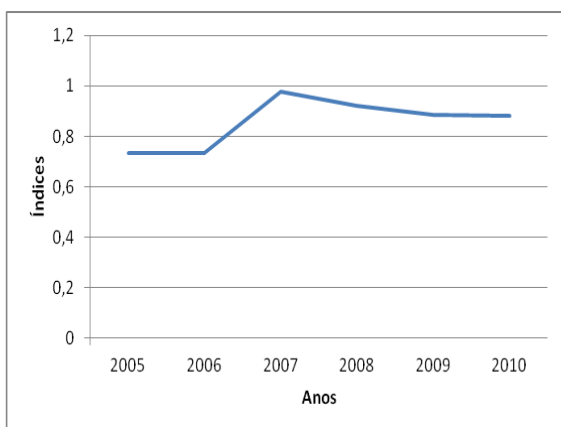


Figura 1 – Índice de RR
Fonte: Elaboração do autor (2012)

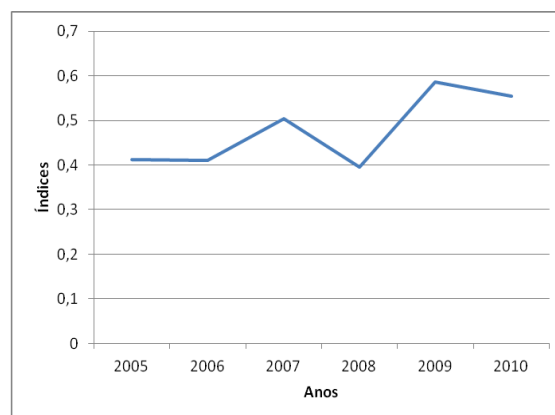


Figura 2 – Índice de APSL
Fonte: Elaboração do autor (2012)

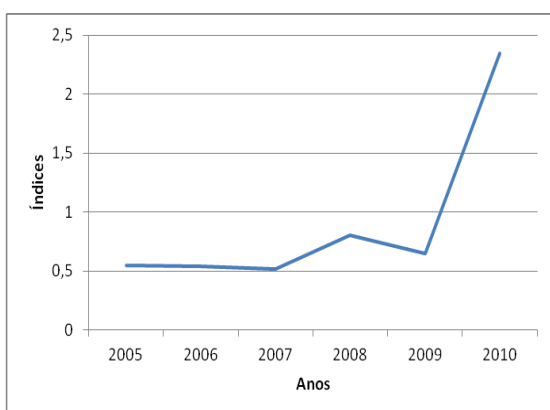


Figura 3 – Índice de Sinistralidade
Fonte: Elaboração do autor (2012)

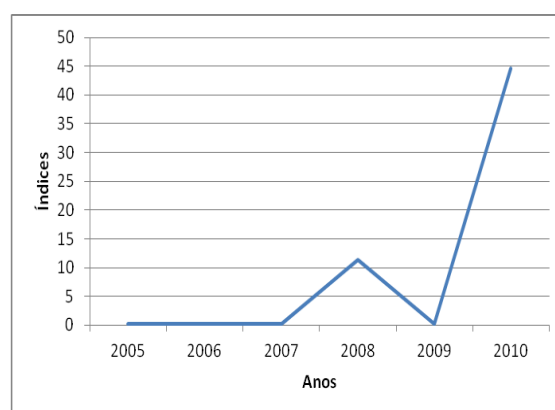


Figura 4 – Índice de Custo Administrativo
Fonte: Elaboração do autor (2012)

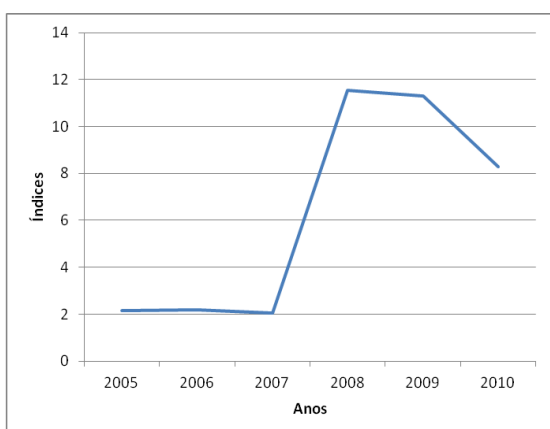


Figura 5 – Índice Prêmio Margem
Fonte: Elaboração do autor (2012)

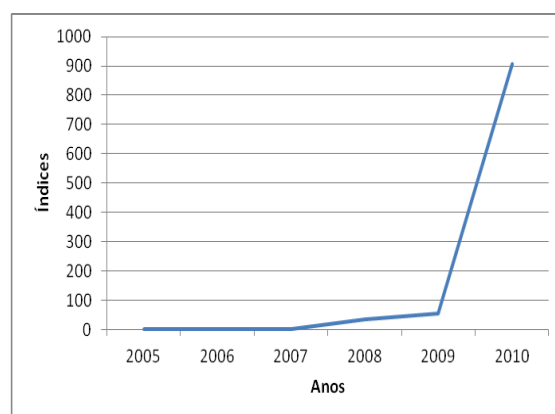


Figura 7 – Índice CFPT
Fonte: Elaboração do autor (2012)

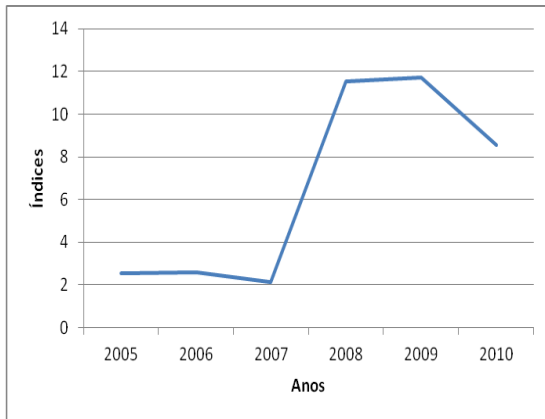


Figura 6 – Índice de Capacidade de Emissão
Fonte: Elaboração do autor (2012)

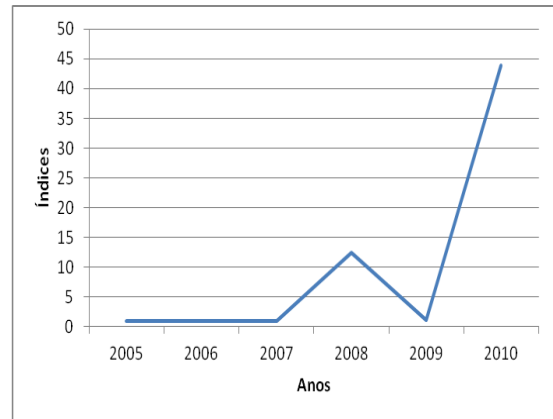


Figura 6 – Índice Combinado
Fonte: Elaboração do autor (2012)

6 CONCLUSÃO

Com base nos dados analisados, conclui-se que os indicadores da atividade operacional das seguradoras analisadas conseguem representar fielmente o comportamento das mudanças ocorridas durante o processo de harmonização das normas brasileiras com as normas internacionais de contabilidade tratados pelo IFRS4.

A partir de 2008, identifica-se claramente uma mudança de desempenho na maioria dos indicadores da atividade operacional, principalmente aqueles relacionados aos prêmios retidos, prêmios emitidos, prêmios restituídos, provisões de sinistros a liquidar, formação de provisões, sinistros retidos e prêmios emitidos líquidos.

Impulsionados não apenas pelo crescimento do setor, mas insuflados pelas mudanças ocorridas principalmente na divulgação das demonstrações contábeis, percebe-se a supressão de algumas contas significantes e reclassificação de outras, além de novas formas de realizar a mensuração das provisões de sinistros, o que afetou diretamente o comportamento dos índices operacionais dentro do período analisado.

Uma análise apenas dos indicadores da atividade operacional das seguradoras foi considerada uma ferramenta consistente e capaz de evidenciar o quanto foi significativo a introdução de novos conceitos e novas formas de divulgações das demonstrações contábeis no ramo de seguros. Ressalta-se, contudo, que os resultados deste estudo estão condicionados à seleção dos indicadores conforme sugerido por Pereira (2006), o que implica que resultados distintos ou complementares podem ser inferidos a partir de outros indicadores utilizados de forma conjunta ou individualmente.

Como sugestão para estudos futuros, destaca-se a possibilidade de realizar uma análise de como se dá o comportamento e o desempenho dos indicadores financeiros, econômicos e operacionais das companhias de seguros conjuntamente, a fim de evidenciar todas as mudanças e alterações propostas pelo IFRS4, tanto na Fase I como na Fase II ainda em estudo e disseminação no Brasil, e pelo IASB.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro comércio e serviços, industriais, bancos comerciais e múltiplos**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2002. 323p.

BENTO, Carolina Costa. **Análise do desempenho econômico e financeiro: Um estudo multicase de companhias seguradoras**. 2008. 69p. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008.

BRASIL. Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 nov. 1966. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 02 mai. 2012.

_____. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 02 mai. 2012.

_____. Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011. Dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, instituídas pela Resolução CNSP nº 86, de 3 de setembro de 2002. **SUSEP – Superintendência de Seguros Privados**. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/biblioteca.aspx>>. Acesso em: 02 mai. 2012.

_____. Resolução CFC nº 1.055, de 24 de outubro de 2005. Cria do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), e dá outras providências. **CFC – Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055>. Acesso em: 02 mai. 2012.

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

FARIAS, L. V. Perspectivas do mercado de seguros. **In Revista Brasileira de Risco e Seguro**, v.1, n.1, ABR/JUL. 2005, p.32-65.

FENASEG, **Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização**. Disponível em: < <http://www.fenaseg.org.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

IFRS4, Insurance Contrats. **Resumos de IFRSs e IASs - Português (2011)**. Disponível em: < <http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 6 ed. São Paulo, 2010. 289p.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1993. 295p.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem básica e gerencial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. 464p.

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. **IFRS4: Introdução à Contabilidade Internacional de Seguros**. São Paulo: Saraiva, 2009. 270p.

NETO, Pedro L. C. Estatística. Ed. Blucher Ltda, 1977.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 157p.

PEREIRA, J. L. **A importância da utilização de indicadores econômico-financeiros para análise de desempenho das companhias seguradoras brasileiras**. 2006. 196f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, 2006.

QUEIROZ, Rafaela Loureira de. **Evolução do mercado de seguros no Brasil após o plano real**. 2010. 63f. Dissertação (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Santa Catarina, 2010.

SILVA, Affonso. **Contabilidade e Análise Econômico-Financeira de Seguradoras**. São Paulo: Atlas, 1999. 114p.

SILVA, F. F.; SOUZA, A. A.; MACEDO, M. A. S.; LARA, C. O. Análise do Desempenho Econômico-Financeiro de Seguradoras. *In: ENANPAD*, 33, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=126588>. Acesso em: 28 mar. 2012.

SOUZA, S. **Seguros: Contabilidade, Atuária e Auditoria**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 229p.

SOUZA, A. A; SILVA, M. D. C; LARA, C. O. Contabilidade de seguradoras: Estudo comparativo entre as normas brasileiras e internacionais. Congresso Brasileiro de Contabilidade. Gramado, Rio de Grande do Sul, 2008.

SUSEP, Superintendência Nacional de Seguros Privados. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2012.